



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: girp@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

ACTA Nº.7/2001 **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA** **MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA 28 DE** **MARÇO DE 2001**

Aos vinte e oito dias do mês de Março do ano de dois mil e um, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Vila de Borba, reuniu pelas dezoito horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos Senhores Vereadores, Maria Filipa Martins de Almeida, Joaquim José Serra Silva, Mário Joaquim Trindade de Deus e João Manuel Pires Lopes, sob a Presidência do Sr. João Manuel Rato Proença, Presidente da mesma Câmara.-----

Esta reunião foi secretariada pela funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista da Câmara Municipal de Borba.-----

A Ordem do dia foi a seguinte:-----

1. Conta de Gerência e Relatório de Actividades do ano de 2000-----
2. Ratificação de Despacho do Presidente-----
3. 1ª Alteração Orçamental-----

-----ORDEM DO DIA-----

Antes de se proceder à discussão e análise dos pontos que constam da ordem do dia, o Sr. Presidente deu início à reunião tendo referido que está presente o técnico da área financeira que elaborou o documento da prestação de contas (Conta de Gerência do ano de 2000) que vai fazer a apresentação do documento. Assim, poderão ser-lhe colocadas todas as dúvidas de ordem técnica em relação ao documento que foi previamente distribuído por todos os presentes.-----

1. CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE **ACTIVIDADES DO ANO DE 2000-----**

Conta de Gerência do ano de 2000-----

Tendo em conta o estipulado na alínea e) do número 2, artº.64 da Lei n.º.169/99 de 18 de Setembro, o Órgão Executivo depois de ter elaborado a Conta de Gerência e demais documentos relativos ao período que decorreu de um de Janeiro a trinta e um de Dezembro do ano transacto, procede à sua apresentação para efeitos de aprovação, para que sejam submetidos à apreciação do Órgão Deliberativo. Serão posteriormente remetidos ao Tribunal de Contas, conforme estipulado na alínea bb) do número 1, artº.64 do citado Diploma Legal.-----

Verificou-se que o documento em apreciação acusava nas "**Operações Orçamentais**" a **RECEITA** de 958.605.790\$00 (novecentos e cinquenta e oito milhões, seiscentos e cinco mil, setecentos e noventa escudos) e a **DESPESA** de 1.014.271.598\$00 (um bilião, catorze milhões, duzentos e setenta e um mil, quinhentos e noventa e oito escudos), acusando um saldo final em dinheiro no valor de -51.230.200\$90 (menos cinquenta e um milhões, duzentos e trinta mil, duzentos escudos e noventa centavos) e, em "**Operações de Tesouraria**", registou-se uma **ENTRADA DE FUNDOS** no montante de 202.211.714\$00 (duzentos e dois milhões, duzentos e onze mil, setecentos e catorze escudos) e uma **SAÍDA DE FUNDOS** no montante de 150.330.541\$00 (cento e cinquenta milhões trezentos e trinta mil, quinhentos e quarenta e um escudos), com um saldo final em dinheiro de 64.177.320\$00 (sessenta e quatro milhões, cento e setenta e sete mil, trezentos e vinte escudos) e, na "**Conta de Documentos**", um **SALDO FINAL** de 602.755\$00 (seiscentos e dois mil, setecentos e cinquenta e cinco escudos).-----

Relatório de Actividades do ano de 2000-----

Tendo em conta o estipulado na alínea e) do número 2, artº.64 da Lei n.º.169/99 de 18 de Setembro, o Órgão Executivo depois de ter elaborado o Relatório de Actividades relativo ao período que decorreu de um de Janeiro a trinta e um de Dezembro do ano transacto, procede à sua apresentação para efeitos de aprovação, para que seja submetido à apreciação do Órgão Deliberativo. Será posteriormente remetido ao Tribunal de Contas, conforme estipulado na alínea bb) do número 1, artº.64 do citado Diploma Legal.-----

Deu-se início à apresentação dos documentos acima referidos. Foi então dada a palavra ao Dr. Oliveira que, seguindo os documentos, explicou capítulo por capítulo. À medida que foram surgindo, foram-lhe sendo colocadas algumas dúvidas de ordem técnica, tendo prestado todos os esclarecimentos necessários.-----

Foram detectados alguns erros de contas no documento, erros esses, que foram de imediato corrigidos, visto tratar-se de erros de ordem aritmética.-- Passou-se então à discussão dos documentos em apreciação, tendo todos os presentes salientado a sua opinião.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente* tendo referido que a percentagem de execução desta Conta referente ao ano de 2000 é inferior àquela que se tem vindo a propor. No entanto, existe um conjunto de encargos na ordem dos 150 a 170 mil contos, que ao serem liquidados dariam uma percentagem de execução bem mais elevada. O *Sr. Presidente* salientou o facto de não estar satisfeito com esta Conta, seria bem melhor se as expectativas tivessem sido todas concretizadas. Como é do conhecimento de todos, realizaram-se obras das quais não houve contrapartida financeira no exercício de 2000, as quais foram sendo feitas à custa de meios da Câmara, que não era o que estava previsto. Neste momento, para este ano de 2001, já existe uma perspectiva completamente diferente da do ano anterior, ou seja, já se está a concretizar a entrada de verbas que deveriam ter entrado no ano anterior.---

Foi dada a palavra ao *Vereador João Lopes* que fez as seguintes considerações: Ao analisar a Conta de Gerência e o Relatório de Actividades do ano 2000, ficou bastante preocupado com o futuro do concelho de Borba. O Vereador referiu não ter conferido todas as contas pormenorizadamente porque tecnicamente o documento segue as regras legais, e algumas dúvidas que tinha já foram esclarecidas pelo técnico que o elaborou. No entanto, não pode deixar de criticar a filosofia dos números, e referiu a título de exemplo: cresce a dívida à Banca (os juros serão mais acentuados), cresce a dívida a fornecedores, crescem os encargos de obras com contratos, cresce a despesa com pessoal e serviços (totalizando cerca de 50% da Conta de Gerência). Por outro lado, verifica-se que o valor referente ao investimento tem vindo a baixar substancialmente nos últimos anos, que certamente irá provocar uma quebra de receitas na área de loteamentos e habitação. Perante estes factos, o Vereador solicitou ao *Sr. Presidente* e Vereadores em regime de permanência que seja feita uma reflexão sobre a gestão da Câmara que, ele próprio, considera despesista e inadequada para os tempos que correm, e que irá comprometer o futuro dos jovens Borbenses. Salientou que com a continuação deste tipo de gestão, não teremos umas piscinas adequadas às necessidades e realidades dos nossos tempos, não teremos uma vila atraente e acolhedora, não teremos os arranjos de todas as ruas da vila, não teremos o interior do castelo alterado, não teremos o problema do trânsito e estacionamento resolvido, não teremos os caminhos rurais reparados, não teremos o progresso da indústria e comércio, não teremos um crescimento da população. No entanto, em troca, teremos espectáculos esporádicos e alguns festejos por preços bastante elevados com poucos assistentes, à excepção da Festa da Vinha e do Vinho.-----

O Vereador referiu ainda que os valores do investimento têm vindo a quebrar de ano para ano e isso certamente irá provocar profundas alterações e um grande desequilíbrio em gerências futuras. Por isso, embora tenha

participado nas reuniões de Câmara e assumido as suas posições, não se revê nesta forma de gerir.-----

O Vereador Mário de Deus pronunciou-se quanto à Conta de Gerência referindo que, da análise que fez do documento, em seu entender, o Dr. Oliveira ainda conseguiu mudar 20% das despesas correntes para despesas de investimento. No entanto, tecnicamente, não tem dúvidas em relação às contas, politicamente, é um documento cheio de questões ambíguas, que serão ainda mais ambíguas se não forem assumidas nem discutidas na praça pública. Por isso, para que essas questões sejam discutidas na praça pública, é preciso que se assumam politicamente o resultado dessas contas, porque, se não se assumem as opções que levaram àqueles números, se não se explicitam, se não existe um documento que possa reflectir essas mesmas opções, certamente será obrigado a votar contra o documento conforme está apresentado.-----

Usou da palavra a *Vereadora Filipa Almeida* referindo que cada um aprecia este tipo de documentos da forma que entender e que sou. No entanto, na sua opinião, ao falar-se da Conta de Gerência, estão a ser tratadas contas que se efectivamente estiverem erradas, serão corrigidas, e acabarão sempre por ficar certas, tanto mais que vão ter que ser aprovadas pelo Tribunal de Contas. Quanto ao Relatório de Actividades, a Vereadora realçou o facto deste documento não ter que ser apresentado com texto escrito, ou seja, não tem que existir texto político. Aliás o que a Lei obriga, é a apresentação dos mapas, tal como consta do documento, e assim está a ser cumprida a Legislação. Quanto à parte escrita, é apenas uma apreciação política dos eleitos, mas não é obrigatória constar do documento e poderia até nem ser apresentada. A vereadora frisou que cada um aprecia politicamente a gestão da Câmara do ano de 2000 e vota o documento como entender, o que ela não entende é a maneira como esta questão das contas é discutida, situação que gostaria de ver resolvida.-----

Usou da palavra o *Vereador Joaquim Serra* tendo referido que não conseguiu entender a dúvida apresentada pelo Vereador Mário de Deus sobre a diferença dos 20% das despesas de correntes para despesas de investimento. No entanto, se ele conseguir clarificar, será melhor esclarecido. O Vereador referiu, que ao ser feita uma apreciação a esta Conta de Gerência tem que ser tida em conta a filosofia do Plano de Actividades e os pressupostos iniciais desse Plano de Actividades. É evidente que ao ser feita uma análise a esta Conta, ressalta um défice de receitas em relação ao que era previsível, e que permitia melhores e maiores taxas de execução. Este défice de receitas torna-se ainda mais visível quando se vê aumentar o endividamento, aumentando também as dívidas aos fornecedores, mas se aumentam as dívidas aos fornecedores é

porque não houve capacidade financeira de satisfazer esses compromissos, logo, houve dificuldades que não permitiram satisfazer, ou seja: houve dificuldades das entidades externas ao município em satisfazer os seus compromissos para com a Câmara. O Vereador referiu que, ao dizer isto, está a falar de verbas, cujo pagamento estava previsto de acordo com os programas do Quadro Comunitário de Apoio, e não foi feito atempadamente. Referiu que quando há dificuldades na parte da receita agrava-se seriamente o investimento e este fica reduzido. No entanto, com tanto constrangimento em termos de receitas, ainda foi possível executar mais de 400 mil contos. O Vereador acrescentou que também é importante que a execução seja vista do ponto de vista da conjuntura nacional, tendo em conta as dificuldades que foram impostas às autarquias. Referiu que, se não forem tomadas medidas, a situação tende a agravar-se, porque existem cada vez mais competências dos municípios que só podem ser pagas por despesas correntes. Este, é um problema com que as autarquias se deparam, porque têm cada vez mais descentralizações e competências na área das manutenções (área social, educação, etc.) o que significa que despendem cada vez mais de verbas correntes, e não de verbas de capital.-----

O Vereador Joaquim Serra referiu também que dentro dos constrangimentos que se sentiram em 2000 (que foi um ano difícil não só para a autarquia de Borba, mas para todos os municípios), a falta de apoio atempada do Quadro Comunitário de Apoio, a falta de resoluções, a falta de pagamentos, a não aprovação de algumas candidaturas, e tendo em conta que não se parou com o ritmo de investimento, nem com as obras, nem com as necessidades das populações, é certo que este tipo de situação aconteça, situação essa, que o Vereador considera estar controlada, por um investimento que está devidamente calculado e contratado, e por dívidas a fornecedores que ao longo deste ano vão sendo pagas, porque, embora muito lentamente, começam agora a entrar os resultados daquilo que foi o investimento do ano anterior, nomeadamente pagamentos, por parte do Quadro Comunitário de Apoio, em execuções que já estão feitas e devidamente realizadas.-----

Em sua opinião, o Vereador Joaquim Serra, considera que deveriam ser tomadas medidas, atempadamente, para que o investimento possa vir a aumentar. Mas, para que se possa aumentar o investimento, sem que haja dinheiro nas origens, ou se fica a dever, ou se recorre ao empréstimo. Por isso, o Vereador considera que a Câmara deverá fazer um grande esforço para ver quais são os dividendos por parte da Comunidade Europeia (os apoios a que a Câmara tem direito), para aquilo que já está executado e suportado financeiramente unicamente pela Câmara. Considera, ainda que se deve marcar um ritmo maior nas obras, para que esses reembolsos sejam efectuados, bem como, pressionar junto da CCRA no sentido de que os processos sejam aprovados o mais rápido possível.-----

Referiu que, tal como já se está a verificar neste primeiro trimestre, tudo indica que, este ano, a situação tende a melhorar.-----

Usou da palavra o *Vereador João Lopes* salientando o facto da Vereadora Filipa Almeida ter referido que não é obrigatória a apresentação do documento escrito que acompanha o Relatório de Actividades, no entanto, em sua opinião, considera que este documento é uma forma do executivo se pronunciar sobre a verdadeira actividade da Câmara. Referiu ainda que é usual em qualquer empresa a Conta de Gerência ser acompanhada e fundamentada com este tipo de documento, pois nele se alcança tudo o que se fez durante a Gerência. Por isso, o Vereador salientou que, seria uma atitude correcta por parte da Câmara apresentar, atempadamente, este documento, o que tornaria esta apreciação mais credível.-----

Em relação ao que foi dito pelo Vereador Joaquim Serra, o *Vereador João Lopes* referiu discordar, do seu ponto de vista considera que no próximo ano a situação vai ser idêntica. Considera, que a dívida a fornecedores e a dívida à Banca não é uma forma de gerir. Os fornecedores não têm que suportar aquilo que a Câmara não consegue resolver por outros meios, quando se trata de um problema que já vem de trás. Por isso, o Vereador referiu que a Câmara, além de já ter tido espaço político, já deveria ter criado condições para aliciar as pessoas a ficar no concelho, nomeadamente algumas empresas que poderiam trazer mais valias. Referiu que a Câmara tem uma estrutura pesada, estrutura essa que está montada, sem que se tire partido dela, quer a nível de equipamento, quer a nível de pessoal, ou seja: quanto a equipamento, a Câmara tem um equipamento elevadíssimo em termo de valores, que não é aproveitado devidamente, porque se for verificado sector por sector, talvez a maioria do pessoal esteja concentrado nas áreas técnicas e administrativas, e em termos de serviços de maior desenvolvimento verifica-se falha de mão-de-obra.-----

Foi ainda referido, pelo Vereador João Lopes, que para se ser coerente na análise desta situação, verifica-se que o fluxo de construção já foi efectuado. Se não houve crescimento da população, não houve crescimento da indústria nem do comércio, certamente a população irá fixar-se cada vez menos no concelho, e as obras serão menos, daí a receita terá tendência a piorar, a não ser que a Câmara recorra ao agravamento de taxas.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente*, referindo que as considerações feitas pelos Vereadores Mário de Deus e João Lopes, só teriam justificação se estivessem perante a apreciação da Conta de Gerência de uma empresa particular, em que a filosofia dos números não permite, a uma boa gerência, a despesa maior que a receita, para que possa criar mais valia. Ao contrário, a filosofia das autarquias não é a mesma. O Sr. Presidente salientou o facto

que apesar das dificuldades reflectidas nestas contas, a Câmara tem um património a crescer de uma forma bem visível.-----
Referindo-se à gerência do actual mandato, o Sr. Presidente salientou que a oposição perdeu oportunidade de fazer, na praça pública, objecção às opções da CDU, porque elas estão documentadas. Frisou que as opções são tomadas com permissas, e as permissas das receitas que faltaram nestas contas, estão documentadas por este Governo, documentos esses que poderão ser postos na praça pública, porque eles existem. As permissas da maior participação nas despesas realizadas estavam documentadas e foram publicamente apresentadas.-----
Contudo, o Sr. Presidente frisou não ter dúvidas que, este ano, as contas estão propícias às críticas da oposição, pois trata-se de uma dívida com um valor significativo. Referiu, considerar que seria mais confortável se as contas fossem diferentes, no entanto, existe comparticipação aprovada da execução de 1999 que ainda não deu entrada. Esta é uma situação que não se verifica só nesta Câmara, ela é reflectida na maior parte das Câmaras com o mesmo tipo de investimento.-----

Depois de discutidos e analisados a Conta de Gerência e o Relatório de Actividades do Exercício de 2000 foram **aprovados por maioria**, com os votos favoráveis do Sr. Presidente, Vereadores Maria Filipa Martins de Almeida e Joaquim José Serra Silva, com o voto contra do Vereador Mário Joaquim Trindade de Deus e com a abstenção do Vereador João Manuel Pires Lopes.-----

O Vereador Mário de Deus votou contra por considerar que estas Contas são um sinal de que a gestão da Câmara está cada vez pior, e, tendo em conta que, embora num curto espaço de tempo ainda, teve tempo de ler o texto escrito do Relatório de Actividades, entende que não reflecte o tipo de gestão apresentado, e que a justificação é completamente enganada.-----

O Vereador João Lopes absteve-se, tendo em conta todas as considerações acima referidas.-----

2. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE-----

Presente o Despacho do S. Presidente datado de 22 do corrente mês, que nomeia a substituição de dois elementos, um, da Comissão de Abertura da propostas, outro, da Comissão de Análise das propostas, do Concurso para a empreitada de **“Alargamento e Repavimentação do C.M.1041 entre o lugar da Nora e a E.M.508”**, aberto por deliberação camarária de 20 de Setembro de 2000.-----

Assim, para a Comissão de Abertura, em substituição de Ana Maria Guégués Barroso, foi nomeada Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, e, para a Comissão de Análise das Propostas, em substituição de Paulo Jorge de Oliveira Bravo, foi nomeado Joaquim José Serra Silva.-----
Foi ratificado o Despacho supramencionado.-----

3 - 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL-----

Foi presente a proposta apresentada pela Secção Financeira, para a realização da **1ª Alteração Orçamental**, no valor de 83.375 contos, que depois de analisada por todo o executivo, **foi aprovada por maioria**, com quatro votos a favor e um voto contra, por parte do Vereador Mário de Deus.-----

O Vereador Mário de Deus justificou o seu voto por considerar que esta alteração orçamental vai tirar verbas às rubricas do investimento para as colocar na Feira do Queijo.-----

O Vereador João Lopes votou favoravelmente por concordar com o apoio às iniciativas para o desenvolvimento económico.-----

Antes de dar a reunião por encerrada, o Sr. Presidente procedeu à leitura da minuta da acta, que foi aprovada por unanimidade, e ficará anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

-----ENCERRAMENTO-----

-----Por não haver mais nada a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, pelas vinte horas e trinta minutos.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta, composta por oito páginas, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista que a redigi.-----